

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO CURRÍCULO ESCOLAR**

*THE DEMOCRATIC MANAGEMENT OF THE SCHOOL CURRICULUM*

*LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA DEL CURRÍCULO ESCOLAR*

*LA GESTION DEMOCRATIQUE DU CURRICULUM SCOLAIRE*

**MAFALDA GERTRUDES DOS SANTOS LOURENÇO**

<https://orcid.org/0009-0003-3013-4173>

**Mestre. Instituto de Ciências da Educação, Luanda, Angola**

DATA DA RECEPÇÃO: Agosto, 2023 | DATA DA ACEITAÇÃO: Novembro, 2023

**RESUMO**

O presente artigo aborda a temática relacionada a gestão do currículo na escola constituindo requisito de avaliação do módulo de Teoria e Desenvolvimento Curricular, administrado pela Professora Doutora Stela Mithá Duarte, no programa de mestrado em Ciências da Educação do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda. Objectiva-se com este artigo, reflectir sobre a gestão democrática do currículo, baseando-se no pressuposto da existência de um currículo crítico. Atendendo ao facto de que, as políticas públicas do sistema social dominante da escola têm feito o seu máximo para tornar o currículo escolar o seu principal instrumento de legitimação. Procurando elucidar como o currículo e a sua gestão na escola pode actuar como instrumento transformador das estruturas sociais, apoiando-se nos aspectos políticos e culturais do currículo escolar, bem como, a relação que existe entre a democratização da gestão do currículo no contexto do desempenho escolar. O Sucesso de um plano curricular está associado à concepção de estratégias adequadas para a sua implementação. Trata-se de um estudo teórico, ou seja de um artigo de revisão bibliográfica com ênfase na abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Administração e Gestão escolar, Currículo, Escola.

## **SUMMARY**

This article addresses the theme related to the management of the curriculum at school it is an evaluation requirement of the Theory and Curriculum Development module, administered by Professor Stela Mithá Duarte, in the Master's program in Educational Sciences at the Instituto Superior de Ciências da Educação from Luanda. The objective of this article is to reflect on the democratic management of the curriculum, based on the assumption of the existence of a critical curriculum. Given the fact that the public policies of the dominant social system of the school have done their utmost to make the school curriculum its main instrument of legitimation. Seeking to elucidate how the curriculum and its management at school can act as a transforming agent of social structures, relying on the political and cultural aspects of the school curriculum, as well as the relationship that exists between the democratization of curriculum management in the context of school performance . The success of a curriculum plan is associated with the design of appropriate strategies for its implementation. This is a theoretical study, that is, a bibliographical review article with an emphasis on a qualitative approach.

**Keywords:** School Administration and Management; Curriculum; School;

## **RESUMEN**

Este artículo aborda el tema relacionado con la gestión del currículo en la escuela, constituye un requisito de evaluación del módulo Teoría y Desarrollo Curricular, administrado por la profesora Stela Mithá Duarte, en el programa de Maestría en Ciencias de la Educación del Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la gestión democrática del currículo, a partir del supuesto de la existencia de un currículo crítico. Dado que las políticas públicas del sistema social dominante de la escuela se han esforzado al máximo para hacer del currículo escolar su principal instrumento de legitimación. Buscando dilucidar cómo el currículo y su gestión en la escuela pueden actuar como agente transformador de las estructuras sociales, apoyándose en los aspectos políticos y culturales del currículo escolar, así como la relación que existe entre la democratización de la gestión curricular en el contexto de rendimiento escolar. El éxito de un plan curricular está asociado al diseño de estrategias adecuadas para su implementación. Se trata de un estudio teórico, o sea, un artículo de revisión bibliográfica con énfasis en un enfoque cualitativo

**Palabras clave:** Administración y Gestión Escolar, Currículo, Escuela.

## **RÉSUMÉ**

Cet article aborde le thème lié à la gestion du curriculum à l'école, il constitue une exigence d'évaluation du module Théorie et développement du curriculum, administré par le professeur Stela Mithá Duarte, dans le programme de maîtrise en sciences de l'éducation de l'Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda. L'objectif de cet article est de réfléchir à la gestion démocratique du curriculum, en partant du postulat de l'existence d'un curriculum critique. Etant donné que les politiques publiques du système social dominant de l'école ont tout fait pour faire du programme scolaire son principal instrument de légitimation. Cherchant à élucider comment le curriculum et sa gestion à l'école peuvent agir comme un agent transformateur des structures sociales, en s'appuyant sur les aspects politiques et culturels du curriculum scolaire, ainsi que la relation qui existe entre la démocratisation de la gestion du curriculum dans le contexte de rendement scolaire. Le succès d'un plan de curriculum est associé à la conception de stratégies appropriées pour sa mise en œuvre. Il s'agit d'une étude théorique, c'est-à-dire d'un article de synthèse bibliographique privilégiant une approche qualitative.

**Mots-clés:** Administration et gestion scolaires; Curriculum; École.

## INTRODUÇÃO

A gestão democrática ampara-se na Constituição da República, na Lei de Bases de Educação e Ensino, onde se reafirma, a autonomia administrativa e pedagógica das escolas, da construção do Projecto Pedagógico e a articulação com a comunidade, de modos assegurar a eficiência e a qualidade do desempenho da instituição escolar que se desencadeia no processo de ensino e aprendizagem. A gestão democrática é uma conquista natural, pois, um ensino público, gratuito, laico, democrático inclusivo e com qualidade em todos os níveis e modalidades é um direito que supera as desigualdades e reconhece a diversidade.

A gestão escolar democrática é de crucial importância nos espaços escolares, cujo objectivo principal é a melhoria do sistema de educação e ensino, que possibilita a organização, a mobilização e a articulação que permitem que os processos sociais e educacionais, estejam voltados à aprendizagem e a comunidade escolar. A gestão escolar democrática é um princípio que orienta as instituições escolares que conta com categorias de participação, sendo regido pela descentralização, autonomia, transparência e pluralidade. A efectivação da Gestão Escolar Democrática no sistema de ensino associa-se a própria democracia social.

A gestão democrática é uma dinâmica política, em que os agentes identificam dificuldades, reflectem e deliberam sobre elas, acompanham e avaliam as acções realizadas. A gestão democrática pauta-se no diálogo e no entendimento que existe das especificidades técnicas que demanda a participação de outros segmentos da comunidade, o que impõe respeito e as decisões construídas em grupo segundo SOUZA (2009). A gestão escolar compreende o processo democrático, voltado a efetiva participação de todos com a finalidade de desenvolver a instituição.

A gestão democrática deriva da democratização das instâncias escolares, garante a participação concreta da comunidade na escola. Para Araújo (2000), existem quatro componentes que são essenciais na construção de uma Gestão Democrática: a participação, a autonomia, a transparência e o pluralismo. Estes, sinergisticamente, cooperam com a ampliação do ensino democrático, ao considerar a comunidade escolar.

Em conformidade com Paro, (2012) a aquisição do saber que historicamente se vai acumulando, é ministrado somente na escola, sendo neste caso fundamental que a escola considere o aluno, não só como objecto, mas sim como sujeito da educação, o que constitui o cerne da relação entre o professor e aluno. Para a funcionalidade deste

desiderato é essencial que se faça uma gestão democrática que tenha como objecto real a participação de toda a comunidade envolvente no processo de ensino e aprendizagem.

O objetivo geral é discutir as considerações teóricas e conceituais da Gestão Escolar de modo a refletir sobre o papel que o gestor deve desempenhar para sua efetivação, isto é, contextualizar os fundamentos históricos da gestão escolar Democrática; verificar os conceitos associados à Gestão Escolar Democrática; designar a função da Gestão Escolar Democrática no ambiente escolar, investigar a função do gestor democrático e seus desafios no contexto escolar e analisar os princípios da Gestão Escolar Democrática.

A gestão é entendida como o esforço consciente dos sujeitos responsáveis pela escola para gerar mudanças, a partir de tomada de decisões sobre a planificação, controlo, aplicação e avaliação cuja materialização exige competência técnica, científica e pedagógica e responsabilidade. A escola existe para propiciar aos alunos, a instrumentalização que permitir entrar em contacto com o saber historicamente elaborado e o conhecimento sobre a natureza para poder torná-lo um instrumento legítimo da democracia e não um instrumento de políticas neoliberais.

Exige-se de um gestor escolar, formação teórica, crítica e política para poder discernir as atitudes a serem tomadas, em relação as política públicas educacionais, para que, a escola exerça sua função intrínseca de promover o acesso ao conhecimento historicamente elaborado e a formação do sujeito enquanto agente transformador da sociedade.

### **1. A Gestão Escolar**

A gestão escolar é vista como um processo de mobilização da competência e da energia colectivamente organizada para que a sua participação activa e competente promovam a realização plena dos objectivos da sua unidade de trabalho, no caso dos objectivos educacionais. Bordignon e Gracindo, (2001) afirmam que a gestão escolar é o processo político-administrativo contextualizado através do qual, a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada.

A gestão escolar foca-se na formação para a cidadania, contemplando as relações externas, inter-relacionando-se com a comunidade. Lembrando sempre que a escola é o espaço de transmissão de saberes, valores e de formação de consciência democrática e humanizadora.

O termo gestão relaciona-se com administração, ou seja, administrar uma organização conduzindo-a para a concretização de objectivos. Segundo Maximiano, (2007), administrar é um trabalho em que as pessoas buscam realizar seus objectivos próprios ou de terceiros com a finalidade de alcançar as metas traçadas. Destas metas fazem parte as decisões que formam a base do acto de administrar e que são as mais necessárias. A administração é uma das formas de gestão, pois, define metas e recursos necessários para os alcançar envolvendo e organizando os colaboradores para o alcance das metas preconizadas, além da realização das actividades corrigindo-as quando necessário.

### **1.1 O currículo Escolar**

O currículo escolar é o conjunto de aprendizagens que se considera socialmente necessárias num dado tempo e contexto, cabe à escola garantir e organizar, o currículo escolar, corporizando-o ao longo dos tempos e em cada contexto a conflitualidade entre as ideologias sociais educativas. Na visão de Zabalza (1987) cit. por Diogo, (2014) o currículo é o conjunto de pressupostos de partida, metas que se deseja alcançar e dos passos que se dão para as alcançar, é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, que são consideradas importantes para serem trabalhadas na escola, ano após ano. E, supostamente, é a razão de ser de cada uma dessas opções.

Para Bobbit, (1992) cit. Por Diogo, (2014,) o currículo é o conjunto ou série de coisas que as crianças e os jovens devem fazer e experimentar com o propósito de desenvolver habilidades que os capacitem a decidir assuntos da vida adulta. Torna-se claro que os programas nacionais por nós conhecido, que aprendemos e ensinamos, estão enquadrados no funcionamento uniforme da escola e do sistema de educação e ensino.

### **1.2 . A escola**

A escola é de importante relevância nos interesses do estado, devido a monopolização dos saberes, o indivíduo que busca o ensino regular para obter a sua formação pessoal e profissional, dedica um bom tempo de sua vida a tal instituição, compartilhando de suas propostas educacionais, dos seus saberes e dos seus discursos. A escola consiste em um instrumento de formação de individuo segundo Viegas, (2007) define a escola como uma rede heterogénea de elementos que lhe dá visibilidade e ocultamento, nas formas discursivas e não discursivas. É uma estratégia inscrita em jogos

de poder, ligada a configurações do saber que deles nascem e também condicionam, enfim, a escolarização como estratégia de poder.

A escola está presa a um currículo meramente informativo, o qual ignora a formação ética de seus educandos, como se isso fosse apenas função da família, segundo (Mareire e Silva, 2002) as questões históricas e culturais do currículo não podem estar desvinculados do currículo, porque o currículo não deve restringir-se somente a questões técnicas.

A articulação da escola e da comunidade é um elemento significativo no funcionamento da escola e da qualidade da dinâmica educativa. Cabe à escola estabelecer as suas metas de ensino, determinar as suas demandas, estruturar as influências organizacionais e acompanhar os resultados. Quando firmadas boas parcerias, as ações realizadas em conjunto destinam-se a aprimorar a experiência educacional dos estudantes.

Tais parcerias respondem as preocupações da comunidade com o ensino, posto que a energia e os recursos comunitários são necessários às escolas, para que possam ter êxito na educação de crianças e adolescentes. Quando se firmam tais parcerias, a sociedade evidencia aos discentes, seu compromisso com o ensino e o valor atribuído ao processo, estabelecendo não somente condições melhores ao aprendizado, mas ainda a mensagem de sua importância na perspectiva de LÜCK, (2009).

## **2. Gestão e Construção do Currículo**

O currículo é entendido como algo que adquire forma e significado educativo a medida que sofre uma série de processos de transformação dentro das actividades práticas que o têm mais directamente por objecto. As condições de desenvolvimento e a realidade curricular não podem ser entendidas senão em conjunto.

Para a construção de um currículo crítico é fundamental saber o que se vai ensinar, para quem ensinar, que saber deve constar no currículo, sendo que o mesmo envolve uma selecção de conhecimentos e saberes, a selecção de conteúdos e saberes na construção do currículo envolve uma série de factores que ultrapassam as esferas técnicas e científicas, embora muitas vezes o sistema vigente tente reduzir o currículo apenas a receituários a serem executados nas escolas.

O processo de ensino e aprendizagem deve tomar o conhecimento cotidiano apenas como um ponto de partida para a aquisição do conhecimento elaborado, para que haja na escola a construção e não a imposição do currículo, faz-se necessária a existência de uma gestão democrática efectiva. Paro, (2012), afirma que a aplicação da

administração capitalista também pode revestir a administração escolar, como um carácter transformador, desde que vá contra os interesses de conservação social, contribuindo para a instrumentalização cultural das classes trabalhadoras.

Para a democratização da gestão é imperioso que os poderes atribuídos ao gestor, sejam distribuídos aos demais actores envolventes no processo de ensino e aprendizagem e que constituam a escola como um todo, pois, a delegação de poderes da garantia de instrumentalização para que se adquira a autonomia. A gestão democrática exige uma administração que visa a construção colectiva por meio da participação activa de todos os seus actores.

O gestor deve assumir o compromisso com a acção educativa transformadora, a qual tenha por objectivo a extinção do autoritarismo centralizado na gestão e nas divisões hierárquicas, participação colectiva e aquisição histórica do saber acumulado. A administração possui uma função de liderança política, cultural e pedagógica, porém cabe ao gestor uma visão crítica e comprometida com o carácter transformador, para saber articular essas funções ao cumprimento da legislação vigente, para que a administração escolar não tome o carácter de manutenção das estruturas vigentes.

## **2.1 O currículo como substância e função da escola**

O currículo constitui o núcleo definidor da existência da escola, a escola constituiu-se historicamente como instituição quando se reconheceu a necessidade social de se fazer passar um certo número de saberes de forma sistemática a um grupo ou sector dessa sociedade. Este conjunto de saberes a fazer adquirir sistematicamente constitui o currículo da escola.

A forma como se tem evoluído as pressões sociais e, conseqüentemente, os públicos que se considera desejável que a acção da escola atinga, assim o conteúdo do currículo escolar tem variado e continuará a variar. Constitui-se em currículo aquilo a que se atribui uma finalidade em termos de necessidade e funcionalidade social, individual e que, como tal, se institui.

A natureza do que está contido (conteúdo) no currículo deve ser analisado de forma crítica, face às circunstâncias, necessidades e públicos actuais, para isso é essencial olhar para o currículo, como a realidade socialmente construída que caracteriza a escola como instituição em cada época, e abandonarmos uma visão naturalista do currículo como figurino estável das disciplinas que nos últimos tempos têm sido ensinadas pela escola.

A escola, numa lógica defensiva, procura manter imutáveis as estruturas do seu funcionamento, o que lava a ser insensível a realidade. Os alunos hoje, estão na escola e não aprendem, são vistos como um problema incomodativo para a escola do qual ela procura descartar-se através de estratégias de recursos, fundadas em excelentes princípios.

## **2.2. A Escola Mediadora e Centro das Decisões Curriculares**

Uma das principais dificuldades da escola actual e a responsável pelo seu crescente insucesso na educação satisfatória de um número cada vez maior dos seus alunos, que saem escolarizados (mas não educados ou sequer instruídos) reside no formato organizativo que a escola continua a perpetuar, quando a realidade é profundamente diferente da de décadas anteriores.

E, fundamental que, o projecto curricular contextualizado, comece a afirmar-se crescentemente sobre a lógica da administração nacional do currículo, o que se busca na gestão autónoma das escolas é simplesmente uma via de maior eficácia e adequação ao público, o que se procura e equacionar caminhos diferenciados dentro das balizas nacionalmente estabelecidas e controladas, que conduzam a um maior sucesso da escola na sua função essencial, fazendo com que os alunos adquiram aprendizagens curriculares com eficácia aceitável, que lhes permita assegurar a sua sobrevivência social e pessoal e um nível de pertença de desempenho sócio- cultural que permita a sociedade manter-se equilibrada e superar os riscos de ruptura.

Neste contexto a escola vai definir-se como uma instituição curricular, o projecto educativo de cada escola terá que ser essencialmente um projecto curricular, repleto de opções quanto as aprendizagens (de todo o tipo) que cada escola queira assumir como suas prioridades (dentro das balizas do currículo nacional) e quanto aos modos que considera mais adequados para o conseguir com sucesso.

Quando os sistemas escolares estão desenvolvidos e sua estrutura bem estabilizada, existe uma tendência a centrar no currículo as possibilidades de reformas qualitativas em educação. Isto acontece porque a qualidade de ensino está estreitamente ligada aos seus conteúdos e formas, atendendo ao facto que se torna difícil mudar a estrutura do sistema de ensino, sendo inútil fazer esta mudança de estrutura do sistema de ensino sem alterar de forma profunda os seus conteúdos e seus ritmos internos.

O currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação, ou de ajuda ao desenvolvimento, de estímulo e cenário do mesmo,

o reflexo de um modelo educativo determinado, pelo que necessariamente tem de ser controvertido e ideológico, de difícil concretização num modelo, cuja intenção é a redução de problemas de que se ocupa a teoria e práticas relacionadas com o currículo a problemas de índole técnica que é imperioso resolver.

Na visão de SACRISTÁN (2000) o currículo relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social, pois é através dele que lhe dota de conteúdo, missão que se expressa por meio de usos quase universais em todos os sistemas educativos. É difícil ordenar num esquema e num único discurso coerente todas as funções e formas que particularmente o currículo adopta, segundo as tradições de cada nível de ensino, modalidade escolar, orientação filosófica, social e pedagógica. Pois, são múltiplas e contraditórias as tradições que sucederam e se misturam aos fenómenos educativos.

A escola em geral, adopta uma posição e uma orientação selectiva frente a cultura que se concretiza precisamente no currículo que transmite. O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se reflectem no currículo. Segundo, SACRISTÁN, (2000). O sistema de educação e ensino compõe-se de níveis, com finalidades diversas e isso se modela em seus currículos diferenciados. Todas as finalidades que se atribuem e são destinadas implícita ou explicitamente a instituição escolar, de socialização de formação, e segregação ou de integração social, acabam necessariamente tendo um reflexo nos objectivos que orientam o currículo.

A afirmação do professor como gestor do currículo, é algo que se enfatiza, em função da necessidade de se respeitar as singularidades dos alunos, segundo TRINDADE, (2012) seja por via dos discursos pedocêntricos dos pedagogos associado, quer seja por discursos que enfatizam a diferença e as indiferenças como causa do fracasso escolar dos alunos.

A gestão diferenciada do currículo explica-se mais pelo reconhecimento das singularidades cognitivas e culturais dos alunos, do que pelo reconhecimento das singularidades epistemológicas da relação que se estabelece entre estes e o saber. Trata-se de uma opção que decorre do facto de, no âmbito de um tal movimento pedagógico que se constitui como um dos principais factores de demarcação da escola tradicional.

### **3. Administração Prática Pedagógica do Currículo**

A administração educativa regula o currículo como faz com outros aspectos, sob diferentes esquemas de intervenção política dentro de um campo com maiores ou mais

reduzidas margens de autonomia. A prática pedagógica é a prática por antonomásia, configurada a professores e alunos circunscrita às instituições escolares.

Comumente denominamos o ensino como o processo no qual se comunicam e se fazem realidades as propostas curriculares, condicionadas pelo campo institucional organizativo, imediato e pelas influências de outros sistemas. O currículo faz referência a interação e o intercâmbio entre professores e alunos, expressando-se em práticas de ensino e aprendizagem sob enfoques metodológicos muito diversos através de tarefas académicas determinadas, configurando de uma forma concreta o posto do trabalho do professor e o de aprendiz do aluno.

Nos subsistemas de ensino são expressas determinações sociais amplas decorrentes do facto de, o currículo ser o teatro de operações múltiplas de forças e determinações diversas ao mesmo tempo que em alguma medida pode converter-se em determinante das demais actividades que em um dado momento se configura e objectiva como um projecto coerente, já é por si o resultado de decisões que obedecem a factores culturais, sociais, económicos, políticos e pedagógicos. Desta forma, o projecto configura em grande parte a prática pedagógica, sendo que o conjunto dessas inter-relações constitui o sistema curricular, compreensível apenas dentro de um determinado sistema social geral, que se traduz em processos sociais que se expressam através do currículo.

O currículo é o cruzamento de práticas diferentes e se converte em configurador, por sua vez, de tudo o que podemos denominar como prática pedagógica nas aulas da escola, sendo questão implicados no currículo todos os temas que têm alguma importância para compreender o funcionamento da realidade e da prática escolar no nível da aula, de escola e do sistema educativo.

A organização do sistema de educação e ensino por níveis e modalidades, seu controle, a formação, a selecção e a nomeação dos professores, a selectividade social do sistema, a igualdade de oportunidades, a avaliação escolar, a renovação pedagógica, os métodos, a profissionalização dos professores entre outras, relacionam-se com a organização e desenvolvimento curricular.

### **3.1 A Gestão do Currículo e as Exigências Académicas**

Na realidade das práticas escolares, observa-se a força do academicismo, principalmente ao nível do ensino secundário, mas com uma forte projecção para o ensino primário, longe de defender o valor formal das disciplinas nas quais se ordena a cultura essencial mais elaborada e elitizada, sobrevive antes de mais nada nas formas que criou

e na defesa de valores culturais que em geral não têm correspondência com a qualidade real da cultura distribuída nas aulas.

Atendendo ao facto que boa parte da teorização curricular está centrada nos conteúdos, como resumo do saber oculto e elaborado sob a formalização das diferentes disciplinas. Urge a necessidade da tradição mediável do saber académico, uma concepção, cuja finalidade está na recolha de toda a tradição académica em educação, onde são valorizados os saberes distribuídos em disciplinas especializadas, como expressão da cultura elaborada, transformando-as em instrumento para o progresso, pela escala do sistema escolar.

Em relação a forte marca administrativa em tudo que se refere ao currículo, o mesmo se encontra no limiar da lista dos conteúdos, ao expressar-se nestes termos, é mais fácil, regular, controlar, assegurar a sua inspecção, do que em qualquer outra formula que contenha considerações de tipo psicopedagógico. Portanto, no ponto de vista da administração, as regulações curriculares apoiam-se mais nos conteúdos.

Na perspectiva de DOTRENS, (1991) citado por SACRISTÁN (2000), aponta que o ensino primário era repassado em uma série de países, detectava-se inclusive neste a tendência a expressar nos programas em termos repertórios de matérias que se ensinavam em diferentes idades e se destacava, por um lado, a contradição que existia em muitos casos entre a instruções e as orientações dos programas e, por outro lado, a exposição sistemática de noções. Esta apreciação poderia perfeitamente continuar sendo aplicada hoje a muitos dos programas vigentes no nosso sistema de educação e ensino.

A pressão académica e a organização dos professores e as necessidades da própria administração, potencializam a manutenção da organização curricular, embora se admita que, a lógica da ordenação sistemática do saber elaborado não tem necessariamente que ser a lógica de sua transmissão e recriação através do ensino, que resulta evidente é que, na falta de instâncias intermediárias que realizem a transformação.

Torna-se imperioso, a criação de uma cultura académica diferenciada para os alunos, que ao terminar o ensino secundário, não continuarão a formação superior, a urgência de se propor programas mais atractivos para a camada social mais ampla e heterogenia, a urgência em conseguir uma maior relação entre conhecimentos em áreas diversas, problemas estes que implicam concepções do currículo relacionadas com uma maior ou menor preponderância da lógica dos conteúdos na decisão sobre o currículo.

### 3.2 O Código Organizativo do Currículo

A instituição escolar assimila lentamente a finalidade da formação integral do homem, o que está relacionado com a aprendizagem dos alunos e na forma de o professor exercer com brio a sua actividade profissional, ambas relacionadas com a organização do currículo em função das suas características e do sistema de educação e ensino evidentes nas opções que correspondem a regulação administrativa do currículo e as disposições tomadas na escola.

O código da organização do currículo, está relacionada a distribuição do currículo por meio de ciclo, frente a estrutura dos cursos, sendo o ciclo a unidade que engloba vários cursos que permite uma organização do conteúdo com um tempo mais dilatado para a sua superação, e avaliação.

Trata-se de um código formal do currículo que repercute na criação de materiais, na forma de planejar o ensino na sequência temporal, na possível programação linear ou cíclica, de conteúdos e experiências de aprendizagem, nas opções metodológicas, e na forma unidade de organização proporciona ao professor uma margem maior de flexibilidade, de mais fácil adaptação ao ritmo dos alunos em grupos heterogêneos, tolerando melhor a ideia de diversidade entre os alunos, permitindo agrupar conteúdos diversos em torno de unidades globalizadoras.

A organização curricular por níveis anuais, sobretudo quando é sancionada pela avaliação, deve atribuir conteúdos, objetivos, habilidades e tantos outros, esses períodos de tempo que nem sempre é fácil, compartimentando o tempo de aprendizagem dos alunos e dando aos professores o motivo para que se especializem em momentos muito delimitados da escola, é um momento de processo evolutivo do aluno.

Isto porque a norma de rendimentos dos anuais sequenciados obriga mais a acomodação do ritmo do progresso dos alunos, a sequência estabelecida na periodização temporal do currículo, sendo uma forma de oferecer espaços mais delimitados para o domínio de conteúdos também mais detalhados, instalando uma ideia de normalidade no progresso do aluno que é preciso comprovar com mais frequência, com menos tolerância para a diversidade de ritmos de progresso dos alunos.

Na perspectiva de SACRISTÁN, (2000), o currículo deve levar os professores ao domínio dos problemas relacionados com o tempo de evolução dos alunos, com uma problemática ou com uma parcela do currículo atribuída a estes períodos temporais, onde a tecnificação da organização curricular tem consequências para a configuração da

profissionalidade dos professores, que têm a oportunidade de lidar com alunos diferenciados entre si.

### 3.3 Controlo e Qualidade do Currículo

A organização e a prescrição do currículo por parte da administração educacional, é uma forma de propor o referencial para realizarem um controle sobre a qualidade do sistema educativo. O controlo pode ser exercido por meio da regulação administrativa, que ordena como deve ser a prática escolar, ainda que seja, sob a forma de sugestões, avaliando essa prática. O currículo através da inspeção ou por meio de uma avaliação externa dos alunos como fonte de informação.

Estas práticas caracterizam a forma de controlar os resultados pouco eficazes para melhorar a qualidade do sistema de educação e ensino com amplas repercussões no estabelecimento de um sistema de relações de um domínio, misturadas com a imposição ou proposta de um modelo de funcionamento pedagógico. A própria extensão do sistema educativo torna inoperante a vigilância do processo por parte da inspeção.

As formas fundamentais de realizar o controlo do currículo depende dos aspectos sobre os quais se centra, do ponto de referência no qual se fixa o poder, na visão de BROADFOOT (1983), citado por SACRISTÁN, (2000), existe duas formas básicas de controlar o currículo a saber:

**O controlo do processo** de desenvolvimento curricular através das relações burocráticas entre o agente que controla e o professor, ou a escola controladas e supervisionando, através da inspeção, a qualidade da prática do próprio processo educativo.

**A avaliação ou controlo** centrado nos produtos ou rendimentos que os alunos obtêm que para ter valor de contraste e comparação entre as escolas, precisa ser realizado desde fora, não sendo válidas as avaliações que os professores realizam.

O primeiro modelo incide directamente nas condições do ensino, enquanto a segunda se fixa nos produtos da aprendizagem. Cada modelo têm suas vantagens e seus inconvenientes peculiares, o centrado no processo de desenvolvimento curricular e na prática educativa, que é próprio do sistema de educação e ensino não universitário, têm o perigo de cair na pretensão de estabelecer mecanismos rígidos de homogeneização nas escolas e nos próprios conteúdos de ensino ao ser exercido em boa parte através da regulação dos materiais didácticos.

Regula e ordena as condições da prática, mas depois, não pode saber se se cumprem ou não as condições estabelecidas, pode chegar a regular e ordenar tudo, menos a prática dos professores. Segundo BROADFOOT, (1983.) citado por SACRISTÁN, (2000), o que na realidade, pode dar, de facto, mais autonomia aos professores e as escolas que a avaliação de produtos se não se acompanha de uma rigidez burocrática e se conta com recursos variados para desenvolver o currículo com a prática, sem se ater a um reduzido número de livros e textos.

A vantagem deste modo de controlo do processo do currículo, aponta que a autonomia do trabalho desenvolvido pelos professores reside na sua própria ineficiência. A vigilância da qualidade necessita de contar com um grande número de inspectores efectivos, para realizar essa função, algo que é oneroso e nada fácil. Se a presença do inspector não é efectiva, o modelo é ineficaz e nominal, havendo o perigo que, entre nós se conhece muito bem de criar relações rarefeitas entre professores e inspectores ao se misturar a função avaliadora, que dá um enorme poder, com a de assessoria, na qual o modelo de qualidade defendido pelo inspector fica fora de qualquer comparação e investido da autoridade que lhes dá sua posição.

O controlo sobre o produto que é realizado por agentes exteriores da teoricamente mais autonomia ao sistema de educação e ensino e aos professores na organização e no exercício das sua função, ao legitimar uma norma de qualidade e de cultura nas provas que realiza para os alunos, acabando de alguma forma por sujeitar o processo pedagógico ao tipo de conhecimento e rendimento avaliado desde fora.

A autonomia dos professores é provocada pelo grau de formação e competência profissional do que pelas regulações exteriores, o controlo do produto, liberaliza ao máximo o currículo que as escolas distribuem, o que pode conduzir a uma dispersão de desigualdades nas exigências das escolas, que chega a hipotecar a função social dos mínimos curriculares.

A descentralização das decisões nos sistemas educativos, também pode favorecer uma política de equidade, de unidade, de eficiências e conjunção de recursos, reconhecedores das diferenças, pois garante e boa informação, mecanismos ágeis de decisões, garantindo desta forma o equilíbrio de retenção de funções de interesse estratégico para todo o sistema, uma delegação na acomodação do currículo, um sistema de informação fluida em qualquer modelo sobre o funcionamento do sistema e de coordenação na perspectiva de Lynos, (1995), chama de desconcentração como resposta que reconcilie os impulsos centralizados e os descentralizados.

## **Considerações Finais**

A Gestão Democrática no âmbito educacional deriva da Constituição e dos elementos da participação, da autonomia, da transparência e da pluralidade, os quais, articulados, organizam-se em esteios para a elaboração de um estilo democrático. Toda a práxis escolar baseia-se na participação coletiva, neste contexto, uma gestão democrática manifesta os interesses na formação de cidadãos e no próprio desenvolvimento da sociedade democrática

A educação está definida no Artigo 2º da Lei de Bases do Sistema de Educação e como um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social.

Para a materialização deste princípio é fundamental que se construa um currículo crítico, onde de antemão se saiba, o que vai ser ensinado, como será ensinado, e o que consta como conteúdo do currículo. Atendendo ao facto de que o currículo envolve uma selecção de conhecimentos e saberes. E, a construção e a selecção do saber, envolve factores que ultrapassam as esferas técnicas e científicas, embora muitas vezes o sistema vigente tente a reduzir o currículo apenas a receituários a serem executados nas escolas.

A gestão curricular implica definir acções e critérios para que se possa fazer uma gestão profícua do currículo, destacando os seguintes aspectos: como ensinar, o que vai ser ensinado e o porquê que vai ser ensinado, como será ensinado, com que prioridades será ensinado, quais serão os meios necessários para a materialização do referido ensino, como será feita a organização destes meios e os resultados que se pretende alcançar ao longo, médio e curto prazo.

O currículo em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e é apresentado aos professores e aos alunos que se sedimentam dentro de uma trama cultural, político, social e escolar e está consagrada a valores e pressupostos que é preciso decifrar, tarefa decorre do cumprimento tanto de um nível de análise político e social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentalização técnica, decifrado de mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares.

É necessário um novo referencial da política curricular para libertar no sistema educativo, as forças criadoras, principalmente numa etapa histórica na qual as escolas e um conjunto de professores capacitados e adaptam-se ao novo mundo, que deixa cada vez obsoletas as

velhas proposições escolares e na qual as instituições educativas ganham cada vez mais o papel de transmitir um currículo oculto, quando o cultural compete em grande desvantagem com os novos meios e estímulos nas sociedades desenvolvidas.

Para o desenvolvimento do ensino pautado numa gestão democrática é essencial que a avaliação do processo de aprendizagem ocorra de modo contínuo, sistemático e gradativo, vinculado ao processo de planeamento e desenvolvimento do ensino. Para tanto, no acto de avaliar deverão estar envolvidos diferentes procedimentos que possibilitem acompanhar o desempenho e o aproveitamento do educando, conforme discutem Fernandes e Freitas (2013) numa relação colaborativa que envolva o colectivo da escola acerca do papel social que a educação escolar desempenha.

O gestor da escola como liderança da dinâmica da gestão democrática, precisa de ter as competências e os conhecimentos que o auxiliem a conduzir o seu trabalho junto da comunidade escolar. Dentre as competências é útil a garantia de participação para todos durante o processo sendo uma componente essencial no processo participativo, associado à motivação dos agentes escolares e comunitários, perpassando os objetivos comuns e se ampliando em interesses coletivos.

Uma educação democrática ainda é um desafio, garantias legais não constroem um estilo de vida democrático nas instituições de ensino, a escola deve construir-se e afirmar-se como espaço público de cultura democrática valorizando a participação, a autonomia, a transparência e o pluralismo nas práxis cotidianas, viabilizando novos e mais produtivos canais de participação para os distintos actores, visto que é a partir da vivência democrática que se constroem os cidadãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. C. (2009). *A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes*. Retratos da Escola, Brasília-DF.

BOBBIT, J (1992). *Fazer da escola um projecto. Inovação e projecto educativo da escola*. Lisboa: Educa.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO. (2001) *Gestão da Educação: o Município e a Escola*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001

BROADFOOT, P. (1983). *Assessment constraints on curriculum practice: A comparative study*.

DIOGO, F (2014). *Desenvolvimento curricular*. Portugal: Porto Editora

DOTTRENS, R. (1961). *Como mejorar los programas escolares*. Buenos Aires. Kapelusz.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. (2011) *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez.

LYONS, R. (1985) *Decentralized educational planning: Is It a contradiction?* Heinemann Educational Books págs 79-85.

LUCK, H. (2009). *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba-PR: Editora Positivo.

MAXIMIANO, A.C. A. (2007). *Teoria Geral da Administração*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

PARO, V. H. (2012). *Gestão Democrática da Escola Pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

SACRISTÁN, J, G (2000). *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3 Ed. Porto Alegre: Artmed.

SOUZA, A. R. 2009. *Explorando e construindo um conceito de Gestão Escolar Democrática*. Educação em Revista, Belo Horizonte.

TRINDADE, R. 2012. *O Movimento da Educação Nova e a reivindicação da Escola: Da afirmação de uma necessidade aos equívocos de um desejo*. Porto: Editorial Universidade do Porto.

VEIGA, C. G. (2007). *História da Educação*. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática.

ZABALZA. B. M. (1987). *Diseno e desarrollo curricular*. Narcea Ediciones